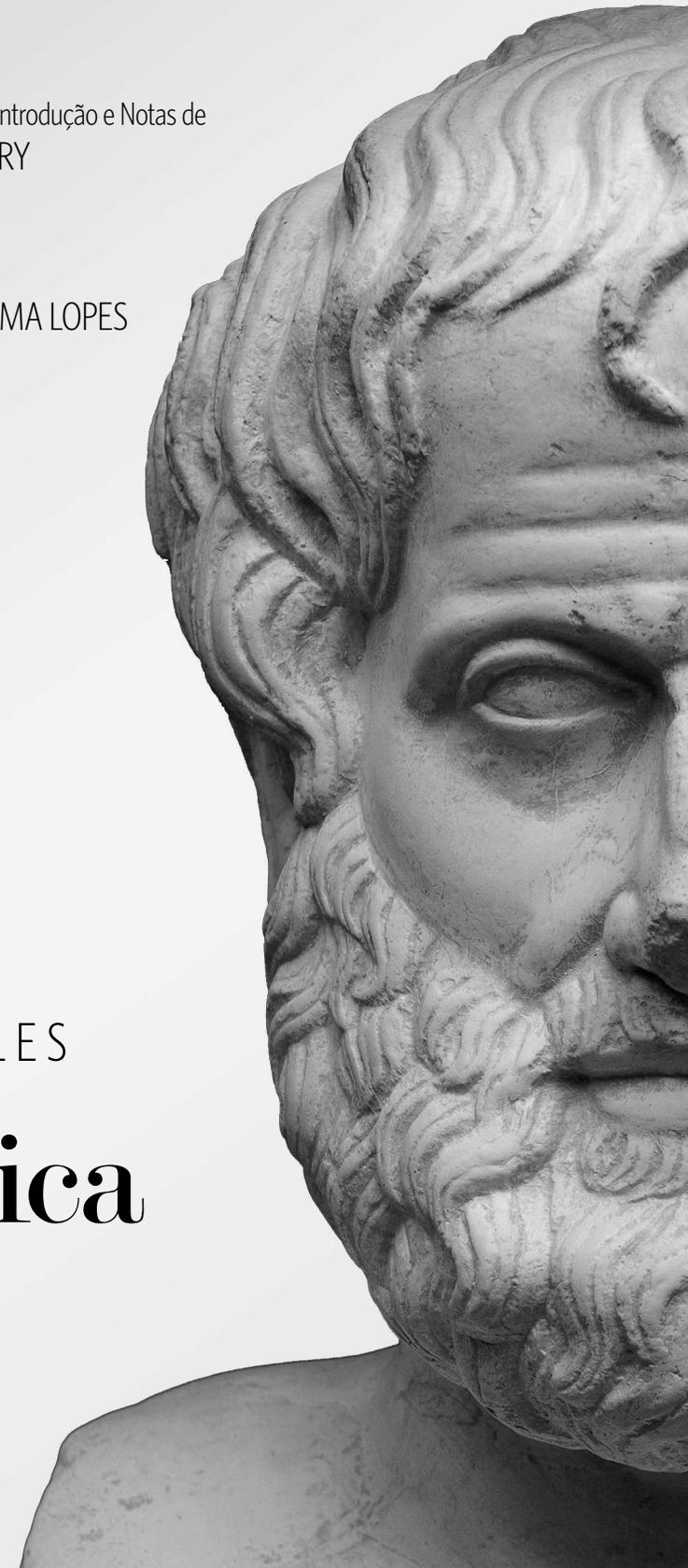


Tradução Direta do Grego, Introdução e Notas de
MÁRIO DA GAMA KURY

Prefácio
JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

ARISTÓTELES
política


MADAMU



Editores

Marcelo Toledo e Valéria Toledo

Revisão

Equipe Madamu

Projeto Gráfico

KOPR Comunicação

Impresso no Brasil.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Todos os direitos desta edição são reservados à Editora Madamu
Rua Terenas, 66, conjunto 6, Alto da Mooca, São Paulo, SP
CEP 03128-010 - Fone: (11) 2966 8497
www.madamu.com.br
E-mail: leitor@madamu.com.br

A717p Aristóteles.
Política / Aristóteles: tradução de Mário da Gama Kury. Prefácio de José Reinaldo de Lima Lopes. 1ª. ed.. - São Paulo: Editora Madamu, 2021.

304p., 16 x 23cm
Inclui índice remissivo
ISBN 978-65-86224-08-5
Título Original: Πολιτικά

1. Filosofia. 2. Direito. I. Título

CDD: 106

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia. 2. Direito. I. Título.

Prefácio: José Reinaldo de Lima Lopes	9
Introdução: Mário da Gama Kury	13

LIVRO I

Capítulo I: a cidade é a mais elevada forma de comunidade e visa ao bem maior dos cidadãos; composição da cidade e seus objetivos; exame da comunidade doméstica.	25
Capítulo II: Os escravos; a escravidão é natural? objeções à naturalidade da escravidão; a arte de comandar os escravos difere da arte de comandar pessoas livres.	29
Capítulo III: as riquezas e os modos de adquiri-las; as riquezas não devem ser adquiridas por si mesmas; acúmulo natural e antinatural das riquezas; origem da moeda.	36
Capítulo IV: O acúmulo natural de riquezas é necessário à família e à cidade; importância das finanças no governo da cidade.	43
Capítulo V: as relações entre marido e mulher e entre pais e filhos; a administração da comunidade doméstica; qualidades morais nas pessoas livres e nos escravos.	46

LIVRO II

Capítulo I: natureza da cidade ideal; teorias da República de Platão.	51
Capítulos II e III: críticas ao sistema proposto por Platão.	56

Capítulo IV: a teoria de Falêas	66
Capítulo V: a teoria de Hipódamos	70
Capítulo VI: a constituição dos lacedemônios	75
Capítulo VII: a constituição dos cretenses	81
Capítulo VIII: a constituição dos cartagineses	85
Capítulo IX: os legisladores mais antigos; Sólon e outros menos importantes.	87
LIVRO III	
Capítulos I a III: definição do cidadão e seus direitos; definição da cidade com base na distribuição do poder político; o bom cidadão e o homem bom; posição dos artífices e assalariados na cidade ideal	91
Capítulos IV a VI: objetivos da cidade; as boas e más constituições; democracia e oligarquia; igualdade e desigualdade entre os habitantes da cidade nas diversas constituições	101
Capítulo VII: o conceito de justiça; o melhor governo é o da maioria ou o da minoria?	113
Capítulo VIII: distribuição do poder político; pretensões das várias classes componentes da cidade em relação ao poder político	117
Capítulos IX a XII: a monarquia	119
LIVRO IV	
Capítulo I: objetivos da ciência política; exame das outras formas de governo	131
Capítulos II e III: democracia e oligarquia.	133
Capítulo IV: as várias espécies de democracia.	139
Capítulo V: as várias espécies de oligarquia.	142
Capítulos VI e VII: o governo constitucional; meios de chegar ao governo constitucional; a constituição dos lacedemônios.	145
Capítulo VIII: a tirania	149
Capítulos IX e X: a melhor constituição para uma determinada cidade	150

Capítulos XI a XIII: Como estruturar uma constituição; o poder executivo; poder judiciário	157
LIVRO V	
Capítulo I: as revoluções e suas causas; maior estabilidade das democracias em comparação com as oligarquias	169
Capítulos II e III: situações que levam a revoluções.	172
Capítulos IV a VI: revoluções nas democracias, nas oligarquias, nas aristocracias e nos governos constitucionais.	180
Capítulo VII: precauções contra as revoluções	190
Capítulos VIII e IX: causas determinantes da destruição das monarquias e meios de preservá-las	197
Capítulo X: Curta duração das tiranias no passado: discussão das revoluções na <i>República</i> de Platão.	213
LIVRO VI	
Capítulos I a III: diferenças entre as várias espécies de democracias; a liberdade é o princípio básico da democracia; diferença básica entre as democracias e as oligarquias; espécies de democracia: instituição e preservação de uma democracia	217
Capítulo IV: instituição de uma oligarquia	228
Capítulo V: importância da distribuição das funções de governo nas oligarquias e nas democracias	230
LIVRO VII	
Capítulo I: o modo de vida mais desejável para as cidades e os indivíduos	235
Capítulos II e III: em que consiste a felicidade?	237
Capítulos IV e V: a cidade ideal; o território da cidade ideal; as comunicações marítimas e seus efeitos	242
Capítulo VI: o caráter dos cidadãos na cidade ideal	247
Capítulos VII a IX: distinção entre os cidadãos e os demais componentes da cidade	249
Capítulo X: localização da cidade	255

Capítulo XI: planejamento da cidade	257
Capítulos XII a XV: sistema educacional da cidade ideal; seus objetivos e pontos de partida	259
 LIVRO VIII	
Capítulos I e II: continuação do exame do sistema educacional da cidade ideal; controle da educação pela cidade; em que deve consistir a educação?.....	273
Capítulos III e IV: matérias a serem ensinadas e suas finalidades; os exercícios físicos	276
Capítulos V a VII: a música na educação.	280
 <i>Índice Remissivo</i>	 290
<i>Sobre o Tradutor</i>	304

Prefácio

UM CLÁSSICO DA FILOSOFIA OCIDENTAL

TEMOS EM MÃOS NOVAMENTE A *POLÍTICA* DE ARISTÓTELES, na bela tradução de Mário da Gama Kury para o português brasileiro. Devido ao esforço da Editora Madamu chega-nos, pois, um texto elegante e fluente. A “Apresentação” do tradutor dá-nos uma adequada ideia da estrutura da obra, e convém ao leitor conhecê-la antes mesmo de enfrentar diretamente o texto. O que me resta então dizer? Posso adiantar apenas alguns pontos para, se fosse necessário, instigar a curiosidade e o gosto do leitor, especialmente dos jovens.

Em primeiro lugar chamo a atenção para a elegância do texto. Todas as vezes que se traduzem textos clássicos está nos bastidores, oculta para os leitores finais, uma longa série de discussões a respeito dos termos e das passagens que, ao longo de mais de dois mil anos de recepção da obra, influíram em todos os tempos sobre a compreensão mais adequada do livro. A tradução presente tem, no entanto, a vantagem de tornar esse texto, a despeito de divergências que os especialistas possam manifestar em um ou outro ponto, corrente e acessível para nosso belo e doce português americano. Isso não é dizer pouco, pois tornar um clássico agradavelmente legível já faz muito para estimular sua discussão.

Para além desse elemento formal, mas não por isso trivial, a obra nos insere no coração mesmo do que é a tradição ocidental de pensamento. Tendo sido o Brasil ocupado e colonizado por um país inserido nessa tradição histórica, também nós pertencemos a ela e nos sentamos à mesa com esses gregos de dois mil anos atrás. E o que nos cativa nesse mundo? Como ler esse autor?

A *Política* colocada no seu tempo desempenha, creio eu, um papel central na obra de Aristóteles porque depende de e ao mesmo tempo confirma uma intuição a respeito da natureza humana, do que somos nós seres humanos. Somos bichos que falam, somos organismos com uma forma especial de consciência do mundo e de si, completamente dependente do fato de dispormos de *logos*, que no grego significa *palavra, fala, discurso e razão*. É aqui, na *Política*, que encontramos a célebre referência ao ser humano como “animal social”, gregário, que vive no meio de outros seres humanos. E vive não em bandos, mas de forma pensada, consciente e organizada, e que pode falar. E a fala, diz Aristóteles, não se reduz a “voz” ou sons (*phoné*), mas se articula e pode “indicar o conveniente e o nocivo, e portanto o justo e o injusto”.

Dessa ideia surge naturalmente a outra: a de que o “natural” do ser humano não pode limitar-se ao mundo dado. Natural para um ser falante e consciente é a organização de seu mundo social. A política é portanto natural para o ser humano porque ele não se produz, reproduz ou subsiste a não ser em comunidades organizadas, ou políticas, mas ao mesmo tempo transcende essa natureza dada porque é imaginada e disposta pelos próprios seres humanos.

Isso determina que a política não pode ser um campo no qual apenas se fale de uma coisa existente – a cidade ou o Estado. Ela é necessariamente um conhecimento – e um discurso articulado – a respeito de algo que pode vir a ser, que pode ser feito, elaborado, construído. É um assunto de uma ciência prática. E como tudo que é prático, deve começar pela postulação de uma finalidade, que na linguagem de Aristóteles é um bem. A política é, por isso, um tratado a respeito da melhor forma de organizar a vida social. Ela é uma investigação e uma proposta ao mesmo tempo. Uma investigação de como historicamente houve distintas organizações da vida social, e uma proposta de como chegar a uma forma melhor. Para um leitor contemporâneo isso parece estranho e pouco familiar, mas é a própria razão de ser do tratado (ou do curso e das lições que se transformaram nesse livro). Estudamos tendo em vista a melhor forma de governo, a “constituição” mais excelente.

Finalmente, a *Política* pode ser lida – na minha opinião deve mesmo ser lida – levando em consideração os adversários de Aristóteles, não

apenas quanto à forma das cidades (monarquia, aristocracia, república e as respectivas formas degeneradas, tirania, oligarquia, democracia), mas quanto à natureza do conhecimento e do discurso a respeito da vida prática: os sofistas. Ao colocarem o discurso belo, sedutor e ornamentado no lugar do discurso verdadeiro, os sofistas ameaçavam constantemente a vida política, pois solapavam as bases da confiança dos cidadãos entre si e naqueles que dentre eles fossem levados, temporária e provisoriamente, ao papel de autoridade e governo da comunidade. Nada mais atual do que esse debate a respeito da verdade na política!

Muitos podem assustar-se com algumas das ideias manifestadas por Aristóteles, a respeito dos “naturalmente escravos” e da “fraqueza das mulheres”. Aqui também é preciso inserir a obra em seu tempo. Embora os escravos estivessem em toda parte no mundo antigo, a escravidão de que falava Aristóteles dizia respeito à incapacidade de governar-se. Ela não era um atributo dos escravos em si mesmos, visto que os escravos feitos na guerra – a grande origem da escravidão antiga – podiam muito bem ter grande capacidade para governar-se e até governar os jovens filhos de seus senhores. A escravidão institucionalizada, diz ele, não é algo natural. Mas haveria seres humanos desprovidos da capacidade de se governarem. Daí a pergunta: como tratá-los se fossem filhos livres de cidadãos livres? Esses os que ameaçariam a vida da cidade, pois sendo livres em termos institucionais, eram moralmente incapazes e imprestáveis. A mesma historicização dos termos vale para seu tratamento das mulheres, que por convenção viviam em torno da unidade produtiva, a casa, na qual cuidavam da esfera que hoje chamamos de reprodutiva. As concepções de mulheres e escravos como seres inferiores do ponto de vista biológico (natural) são posteriores à idade aristotélica, muito embora tenham haurido dos textos gregos material que lhes permitissem reforçar seus estereótipos.

A *Política* trata dos grandes temas que continuam a ser a chave de leitura de qualquer vida social organizada: as liberdades recíprocas, a igualdade, a justiça, os poderes da autoridade, os limites a tais poderes, as formas de deliberar sobre a cooperação e o futuro, a forma de aplicar as leis e punir os delinquentes, enfim tudo aquilo que continua a nos ocupar hoje. Não são tanto as soluções eventualmente apontadas, mas a intuição e a sensibilidade para a natureza dos problemas e das condições de vida o

que continua a chamar a atenção dos leitores de Aristóteles. Se a filosofia for, como disse Henrique Lima Vaz, filósofo brasileiro, “rememoração de um passado e... esforço de retranscrição sempre renovada no conceito” (*Introdução à ética filosófica*, 2012, p. 8), então encontramos Aristóteles nos primórdios dessa rememoração e estamos no meio do esforço para retranscrever – e não de reproduzir apenas – suas inquietações sobre a vida da cidade, que se tornam também as nossas.

São Paulo, janeiro de 2021.

*José Reinaldo de Lima Lopes
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*

Introdução

1. O AUTOR

Aristóteles nasceu em Stágiros (posteriormente Stágira, atualmente Stavra), na Calcídice, território macedônio, em 384 a.C., e morreu em Cálcis (atual Evripo), na Eubeia, em 322. Seu pai era Nicômacos, da confraria dos asclepiadas, médico e amigo de Amintas II, rei da Macedônia. É provável que Aristóteles tenha vivido parte de sua infância em Pela, sede da corte dos reis macedônios, e que tenha herdado de seu pai o interesse pelas ciências naturais, constante em sua obra. Aos dezoito anos ele ingressou na escola de Platão, em Atenas, e nela permaneceu até 348-347¹, época da morte do mestre, primeiro como aluno e depois como colaborador de certo modo independente. Desgostoso com a escolha de Spêusipos, representante de uma tendência do platonismo que lhe repugnava – a transformação da filosofia em matemática, Aristóteles deixou a Academia. Juntamente com Xenôcrates, outro filósofo platônico descontente, ele aceitou o convite de um colega na Academia – Hermias, futuro governante de Atarneus e Assos, na Mísia (Ásia Menor), que reuniu em torno de si um pequeno círculo platônico; Aristóteles permaneceu em Assos até a morte de Hermias, em 345 a.C., e lá contraiu matrimônio com Pítias, sobrinha de Hermias. De Assos ele foi para Mitilene, na ilha de Lesbos, talvez por influência de Teôfrastos, seu discípulo, colaborador e sucessor, natural de Éresos, na mesma ilha. Em 343-342 Filipe, então rei da Macedônia, convidou-o a voltar a Pela para ser professor de seu filho Alexandre; durante esse período Aristóteles compôs para Alexandre duas obras, que se perderam,

1. É possível que Aristóteles, antes de ingressar na escola de Platão, haja frequentado a de Isócrates, que depois de Homero é o autor mais citado nas obras do estagirita.

chamadas *Os Colonos* e *Sobre a Monarquia*; tudo indica que suas aulas a Alexandre a respeito de política foram a origem de seu interesse pelo assunto. Suas relações com Alexandre terminaram quando este foi alçado à regência do império, em 340, aos dezenove anos de idade; naquela ocasião Aristóteles provavelmente voltou a Stágiros.

Em 335, pouco depois da morte de Filipe, Aristóteles regressou a Atenas. Nos arredores da cidade, presumivelmente entre o monte Licábetos e o rio Ílissos, onde havia um pequeno bosque consagrado a Apolo Lício e às Musas, Aristóteles se instalou em alguns prédios existentes no local e fundou sua escola; entre os prédios havia uma colunata coberta (*perípatos*²), origem do nome da escola. Lá ele constituiu uma coleção de manuscritos – protótipo de todas as bibliotecas da Antiguidade, e também de mapas, além de um museu com objetos para ilustrar suas aulas, especialmente de zoologia; consta que Alexandre teria contribuído com uma elevada soma para a coleção. Aristóteles estabeleceu normas para a sua comunidade, inclusive refeições em comum e um seminário mensal. Uma de suas realizações mais importantes foi a organização de pesquisas em grande escala, das quais o levantamento de 158 constituições de cidades-estados helênicas foi um exemplo. Sob sua direção Teófrastos realizou pesquisas botânicas e Aristóxenos pesquisas musicais; além disto o primeiro compilou histórias básicas do pensamento helênico anterior, englobando a física, a psicologia e a cosmologia; Êudemos fez o mesmo em relação à matemática, à astronomia e à teologia, e Mênon em relação à medicina.

Durante sua segunda estada em Atenas morreu Pítias, sua primeira mulher, e Aristóteles passou a viver com Herpílis, da qual teve um filho chamado Nicômacos, a quem teria dedicado uma de suas *Éticas*. Após a morte de Alexandre, em 323, recrudesceram em Atenas os sentimentos antimacedônios, e uma acusação de impiedade foi levantada contra Aristóteles; este, alegando querer evitar que os atenienses “pecassem duas vezes contra a filosofia” (referindo-se ao processo do qual resultou a morte de Sócrates), deixou a escola entregue a Teófrastos e retirou-se para Cálcis, onde morreu.

A principal fonte para a biografia de Aristóteles é o livro V da *Vidas dos Filósofos* de Diôgenes Laértios, que viveu na metade do século III d.C. mas usou fontes muito mais antigas, hoje perdidas.

2. O “CORPUS” ARISTOTÉLICO

De acordo com o catálogo constante do livro V da *Vidas dos Filósofos* de Diôgenes Laértios, Aristóteles teria escrito cerca de quatrocentas obras, das quais restam quarenta e sete, entre as certamente autênticas, as provavelmente autênticas, as de autenticidade duvidosa e as espúrias, além de fragmentos das obras perdidas. Destas quarenta e sete somente uma pertence à classe das chamadas exotéricas, ou seja, obras de divulgação, para a “gente de fora da escola”, portanto o público: trata-se da *Constituição dos Atenienses*, descoberta no fim do século XIX; as demais se incluem na classe das obras esotéricas, ou acroamáticas, isto é, destinadas ao estudo dentro da escola, e subdivididas em notas de aula e em obras realmente científicas. O estilo das obras exotéricas era mais cuidado, e muitas delas tinham a forma de diálogos, à maneira platônica; a elas se aplicam os elogios de Cícero e Quintiliano, respectivamente nas *Acadêmicas*, 2, 38, 119, e nas *Instituições Oratórias*, X, 1, 83. Entre as obras esotéricas chegadas até nós são geralmente consideradas autênticas as seguintes: *Primeiros Analíticos*, *Segundos Analíticos*, *Tópicos*, *Refutações Sofísticas*, *Física*, *Do Céu*, *Da Geração e da Decomposição*, *Meteorológicos*, *Da Alma*; os opúsculos seguintes entre os chamados em conjunto *Pequenas Obras sobre Ciências Naturais: Do Sentido e das Coisas Sensíveis*, *Da Memória e da Reminiscência*, *Do Sono*, *Dos Sonhos*, *Da Adivinhação pelo Sono*, *Da Longevidade e da Brevidade da Vida*, *Da Juventude e da Velhice*, *Da Vida e da Morte* e *Da Respiração*; *História dos Animais* (os livros VII, parte do VIII, e IX, seriam espúrios), *Das Partes dos Animais*, *Da Marcha dos Animais*, *Da Geração dos Animais*, *Metafísica*, *Ética a Nicômacos*, *Política*, *Retórica* e *Poética* (incompleta). São tidas como provavelmente autênticas as seguintes: *Da Interpretação*, *Do Movimento dos Animais*, *Ética a Êudemos* (presumivelmente anterior à *Ética a Nicômacos*). São de autenticidade duvidosa as *Categorias* e a *Ética Maior*. São consideradas espúrias: *Do Mundo*, *Do Espírito*, *Das Cores*, *Das Coisas Ouvidas*, *Fisiognômicos*, *Das Plantas*, *Das Coisas Maravilhosas que se Ouvem*, *Problemas Mecânicos*, *Problemas*, *Das Linhas Indivisíveis*, *Da Situação dos Ventos*, *Sobre Melissos*, *Xenofanes* e *Górgias*, *Das Virtudes e dos Vícios*, *Da Economia* e *Retórica a Alexandre*. Os numerosos fragmentos (680) das obras perdidas constam da coletânea de Valentinus Rose *Aristotelis qui Ferebantur Librorum Fragment*, Leipzig, 1886, que contém ainda duas *Vidas* do filósofo.

2. Para facilitar a composição tipográfica, as palavras gregas são transcritas em caracteres latinos.

3. A POLÍTICA

Nos capítulos iniciais da *Ética a Nicômacos* Aristóteles aplica o termo “política” a um assunto único – a ciência da felicidade humana – subdividido em duas partes: a primeira é a ética e a segunda é a política propriamente dita. A felicidade humana consistiria em uma certa maneira de viver, e a vida de um homem é o resultado do meio em que ele existe, das leis, dos costumes e das instituições adotadas pela comunidade à qual ele pertence. Na zoologia de Aristóteles o homem é classificado como um “animal social por natureza” (*Política*, 1253a, livro I, capítulo I, § 9), que desenvolve suas potencialidades na vida em sociedade, organizada adequadamente para seu bem-estar. A meta da “política” é descobrir primeiro a maneira de viver que leva à felicidade humana, e depois a forma de governo e as instituições sociais capazes de assegurar aquela maneira de viver. A primeira tarefa leva ao estudo do caráter (*ethos*), objeto da *Ética a Nicômacos*; a última conduz ao estudo da constituição da cidade-estado, objeto da *Política*. Esta, portanto, é uma sequência da *Ética*, e é a segunda parte de um tratado único, embora seu título corresponda à totalidade do assunto. Aliás, já na geração anterior a Aristóteles, Platão, seu mestre, havia abrangido as duas partes do assunto em um só diálogo – *A República*.

No esquema global das ciências segundo Aristóteles, a “política” pertence ao grupo das ciências práticas, que buscam o conhecimento como um meio para a ação, em contraposição às ciências teóricas (a metafísica e a teologia, por exemplo), cujo conhecimento é um fim em si mesmo. As ciências práticas se subdividem por sua vez, de conformidade com a sistemática dicotômica de Aristóteles, em dois grupos: as ciências “poiéticas” (ou seja, produtivas), que nos ensinam a produzir coisas, e as ciências no sentido mais estrito, que nos mostram como agir; as primeiras visam a algum produto ou resultado, enquanto a prática mesma do conhecimento adquirido é o próprio fim no caso das últimas. As primeiras incluem as profissões e os ofícios e as últimas abrangem as chamadas “belas artes” (a música e a dança, por exemplo), que são em si mesmas um fim.

A ciência prática por excelência é a “política”, isto é, a ciência do bem-estar e da felicidade dos homens como um todo; ela é prática no sentido mais amplo da palavra, pois estuda não somente o que é a felici-

dade (o assunto da *Ética*) mas também a maneira de obtê-la (o assunto da *Política*); ao mesmo tempo ela é prática no sentido mais estrito, pois leva à demonstração de que a felicidade não é o resultado de ações, mas é em si mesma uma certa maneira de agir.

Após estes esclarecimentos, limitemo-nos agora à *Política*.

Em sua maior parte as obras esotéricas de Aristóteles assemelham-se a compilações de várias “lições” acerca dos diferentes aspectos do assunto em exame, reunidas às vezes sem muita concatenação para formar em conjunto um tratado abrangente. Esta observação se aplica especialmente à *Política*, aparentemente constituída de três grupos de “lições”, ou exposições, aos quais faltou o toque final; por isto eles não estão suficientemente entrosados e se sobrepõem parcialmente. Os três grupos seriam em linhas gerais os seguintes: primeiro, os livros I, II e III, à guisa de introdução (a teoria do Estado em geral e a classificação das várias espécies de constituições); segundo, os livros IV, V e VI, tratando da política prática (natureza das constituições existentes e dos princípios para seu bom funcionamento); terceiro, livros VII e VIII, examinando a política ideal (estrutura da melhor cidade³, obviamente inacabado).

Com efeito, é evidente em toda a *Política* o tom de aula, ou exposição de professor a alunos, como se se tratasse de apostilas talvez organizadas por discípulos com base nas lições do mestre, para sua preservação e utilização futura. Daí a forma de certo modo confusa em que a obra chegou até nossos dias, levando muitos estudiosos a propor uma nova sequência dos livros, por considerarem a disposição tradicional dos mesmos completamente ilógica. Alguns editores modernos da *Política* sugeriram que os livros VII e VIII da sequência tradicional fossem postos no lugar dos livros IV e V, e os livros IV, V e VI fossem postos no lugar dos livros VI, VII e VIII, ou ainda no lugar dos livros VI, VIII e VII.

Os propugnadores da alteração da sequência tradicional dos livros da *Política* alegam a necessidade de estabelecer uma sucessão lógica baseada no conteúdo dos mesmos, e fazem correções conjecturais no texto para criar referências cruzadas, de forma a justificar a sequência defendida por eles; na realidade, as razões fundamentadas nas referências cruzadas e na sequência lógica do conteúdo parecem favorecer tanto ou mais a ordem tradicional dos

3. Aqui, como em toda a tradução, “cidade” corresponde à cidade-estado, a *pólis* helênica.

livros, e este fato reforça a posição dos defensores da sequência dos livros constante dos manuscritos. As longas lucubrações dos estudiosos apenas evidenciam a forma solta da obra como a conhecemos, muito provavelmente resultante de sua condição de notas tomadas por alunos, ou apostilas⁴.

Independentemente da ordem discutível na sequência dos livros há também diferenças acentuadas de fundo e forma entre os próprios livros; o VII e o VIII, por exemplo, diferem dos três primeiros por seu dogmatismo, e seu estilo mais elaborado leva a crer que eles se inspiram em obras mais cuidadas, certamente exotéricas.

Há também afinidades entre os livros II, III, VII e VIII e a *Ética Eudêmia*. Os livros IV e VI se distinguem dos demais por seu caráter eminentemente prático e menos idealista; o livro V, principalmente, pela atenção dispensada aos meios de preservar as formas de governo, mesmo as mais corrompidas, tem afinidades com *O Príncipe* de Maquiavel; estes três livros diferem do resto da *Política* também pela quantidade de detalhes históricos neles mencionados. É possível que tais discrepâncias se devam ao fato de as aulas que deram origem à *Política* datarem de períodos diferentes, ao longo dos anos em que Aristóteles esteve à testa de sua escola, durante os quais suas ideias podem ter-se modificado e amadurecido.

A despeito da aparente desordem na composição, a *Política* é uma das obras de Aristóteles mais interessantes para o leitor moderno, talvez pela permanente atualidade dos temas nela tratados. O fato é que, para uma obra composta há mais de 2.300 anos, a *Política* justificaria por si mesma, em grande parte, a fama de Aristóteles ao longo de mais de dois milênios. Apesar de sua perenidade, para uma fruição mais completa da obra convém ter em vista certas peculiaridades da época em que foi concebida; entre elas sobressai a naturalidade com que Aristóteles admite a escravidão e a justifica; não se deve esquecer que mesmo os gênios são influenciados pelas realidades diante de seus olhos, sobretudo se elas se explicam por uma necessidade inelutável, como a de os escravos na antiguidade serem o instrumento de produção por excelência, equivalente às máquinas de hoje, e que certamente pareceria a Aristóteles mais justo, ou menos injusto,

4. Outra evidência de que a *Política*, à semelhança das demais obras esotéricas de Aristóteles, é o resultado de aulas ou de exposições de um mestre a alunos anotadas por estes, é a abundância de promessas não cumpridas de voltar a assuntos não tratados exaustivamente e de examinar mais detidamente assuntos novos surgidos por ocasião do exame de outros.

poupar nas frequentes guerras estes instrumentos únicos de trabalho, para depois escravizá-los, em vez de matá-los cruelmente em sua condição de prisioneiros; quando se acha natural a pior das formas de atrocidade, que é a guerra, todas as outras parecerão igualmente naturais, inclusive formas atuais de sujeição, como a ideológica, e de crueldade, como a praticada sob o impulso do fanatismo político ou religioso. Melhor, porém, que emitir juízos subjetivos sobre Aristóteles é pôr os leitores em contato direto com ele, para que formem por si mesmos uma opinião a respeito dos méritos ou deméritos do filósofo que inegavelmente mais influenciou a filosofia ocidental, e sobre o qual o severo Darwin disse: “*Linnaeus and Cuvier have been my two gods, but they were mere schoolboys to old Aristotle.*” (citação de W. D. Ross no verbete ARISTOTLE do “Oxford Classical Dictionary”, página 116, início da coluna b)

4. O ESTILO DAS OBRAS ESOTÉRICAS.

Nada poderia caracterizar melhor os aspectos mais representativos do estilo de Aristóteles nas obras esotéricas do que uma observação dele mesmo, no livro III, capítulo V, §§ 4 (final) e 5 (início) = 1279b: “...o método de quem estuda filosoficamente qualquer matéria, e não apenas seu aspecto prático, consiste em não negligenciar ou omitir qualquer detalhe.” Realmente, esta determinação no sentido de ser exaustivo marca indelevelmente o estilo do autor da *Política* (ou de seus compiladores que o repetiam), que não recua diante da repetição e da monotonia para exprimir seu pensamento; é o estilo como consequência do método. Esta preocupação detalhista leva Aristóteles a ser difuso e confuso às vezes, e muitos trechos da *Política* são um desafio à argúcia do leitor (e o pesadelo do tradutor). Mas em uma obra como a *Política* o fundo prevalece sobre a forma, e neste ponto tanto o leitor quanto o tradutor sentir-se-ão recompensados em seu esforço constante para acompanhar o raciocínio do autor.

A propósito, vale a pena transcrever um trecho de carta do poeta inglês Thomas Gray (século XVIII), citado por H. Rackham na introdução à sua tradução da *Ética a Nicômacos* (Londres, 1934), comentando o estilo de Aristóteles: “*Em primeiro lugar, Aristóteles é de longe o autor mais difícil com o qual jamais me intrometi. Depois, ele é de uma concisão seca, que nos leva a*

imaginar que estamos consultando um índice e não lendo um livro; para todo o mundo ele tem o gosto de palha cortada, ou melhor, de lógica picadinha; ele tem uma violenta preferência por esse tipo de arte, e de certo modo ele o inventou; sendo assim, ele frequentemente se perde em distinçõezinhas sem importância e sutilezas verbais, e o que é pior, deixa-nos o encargo de sair desse emaranhado como pudermos. Em terceiro lugar ele sofreu enormemente nas mãos de seus divulgadores, como acontece inevitavelmente com todos os autores que buscam o máximo de brevidade. Em quarto e último lugar, ele abunda em coisas boas e incomuns, que o tornam mais que merecedor do esforço que exige de nós.”

5. A TRADUÇÃO.

Procuramos fazer uma tradução fiel à forma e ao espírito do original, ou seja, reproduzir o que Aristóteles escreveu e como ele escreveu. Muitas vezes surge a tentação de, para maior clareza, parafrasear o original, à maneira de numerosos tradutores; resistimos tanto quanto possível, pois se a obra é em si mesma de leitura difícil seria incorreto dar a impressão de uma falsa fluência. Algumas dificuldades decorrem obviamente de erros introduzidos nos manuscritos através dos muitos séculos decorridos em sua transmissão até as primeiras edições impressas; se mesmo nestas houve, como ainda há, erros evidentes de impressão, imagina-se facilmente o que pode ter havido em termos de equívocos dos escribas, muitas vezes desconhecedores dos assuntos tratados nos textos que transcreviam, e em certos casos separados por mais de um milênio do grego do tempo de Aristóteles (os manuscritos mais antigos da *Política* que nos restam datam do século XV, ou seja anteriores em apenas um século à sua primeira edição). No caso destes erros, detectados pelos editores sucessivos de Aristóteles, multiplicaram-se as propostas de correções dos eruditos, e naturalmente os editores têm não somente o direito mas até o dever de exercer o seu senso crítico na escolha da conjectura que lhe pareça mais condizente com o espírito do autor no conjunto da obra; o mesmo se aplica aos tradutores. Tais ocorrências, todavia, raramente são de molde a alterar o sentido geral das ideias. Outras dificuldades resultam da obscuridade de certos trechos – felizmente não muito numerosos, escritos inicialmente de maneira pouco clara, mesmo para a época, ou tornados inin-

teligíveis com o passar dos séculos, pela impossibilidade de entender certas alusões a fatos e circunstâncias óbvios em seu tempo, mas cujo significado se diluiu completamente depois de mais de dois milênios. Não se imagine que procuramos eximir-nos da responsabilidade de nossos erros; queremos apenas evitar que nos sejam atribuídos os alheios. Afinal é amplamente reconhecida a dificuldade de certas obras de Aristóteles, e esta circunstância é bem ilustrada por uma observação de Ibn-Roschd (Averroes, filósofo árabe nascido na Espanha em 1126 e comentador de Aristóteles), citada por Renan em sua *Vie d'Averroes*: “Un jour, disait Ibn-Roschd, Ibn-Tofail (Abentofail) me fit appeler et me dit: *J'ai entendu aujourd'hui l'émir des croyants se plaindre de l'obscurité d'Aristote et de ses traducteurs: Plût à Dieu, disait il, qu'il se rencontrât quelqu'un qui voulût commenter ces livres⁵ et en expliquer clairement le sens, pour les rendre accessibles aux hommes!*” (citado por E. M. Cope no frontispício de sua obra *An Introduction to Aristotle's Rhetoric*, London, 1867); Abentofail foi professor de Averroes.

Serviu de base à nossa tradução o texto editado por F. Susemihl na coleção Teubner, 3ª edição, Leipzig, 1882; consultamos também o texto e o aparato crítico da edição de Immanuel Bekker nas obras completas de Aristóteles para a Real Academia da Prússia, Berlim, 1831, cuja paginação reproduzimos ao lado de nossa tradução, por ser usada como referência em quase todas as obras posteriores relativas ao nosso autor; reproduzimos também a divisão tradicional dos livros em capítulos, usada em obras anteriores à edição de Bekker e em algumas traduções da *Política*.

Nas passagens mais obscuras do texto consultamos as traduções de Benjamin Jowet (volume X das obras completas de Aristóteles, Oxford, 1921), de H. Rackham (Loeb Classical Library, London, 1932), e de Thurot, revista por Bastien (Paris, reimpressão de 1926).

Rio, maio de 1982⁶.

Mário da Gama Kury

5. Provavelmente o Protréptico, hoje conhecido apenas por fragmentos, aliás numerosos e extensos (os de número 50 a 63 na coletânea de Rose), mas famoso na antiguidade.

6. Texto originalmente escrito para a 1ª edição desta tradução, lançada pela UNB em 1985.

Πολιτικά



Livro I

CAPÍTULO I¹

VEMOS QUE TODA CIDADE² é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política.

Aqueles³ que pensam que as qualidades do rei, do dono de uma propriedade e do chefe de família são as mesmas não se exprimem bem; eles acreditam que a diferença entre estas várias formas de autoridade não é específica, mas consiste apenas no maior ou menor número de pessoas a ela sujeitas, isto é, quem manda em poucas pessoas é um chefe de família, em mais pessoas é o dono de uma propriedade, em um número ainda maior é um estadista ou rei, como se não houvesse diferença entre uma grande propriedade e uma cidade, mesmo pequena; eles também pensam em relação ao estadista e ao rei, que quando o governo é pessoal seu chefe é um rei, e quando o governo segue os princípios da ciência política e os cidadãos ora governam, ora são governados, seu chefe é um estadista; mas estas ideias não correspondem à verdade.

1. A remissão às linhas das colunas "a" e "b" das páginas da edição de Bekker (veja-se o penúltimo parágrafo da apresentação), na qual se baseiam as referências à obra de Aristóteles, é apenas aproximada, pois é praticamente impossível a correspondência exata entre as linhas do original e as da tradução; conseqüentemente, a remissão, por exemplo, a "1307a 17" nas notas ou no índice corresponde aproximadamente, e não precisamente, à linha 17 da indicação de referência "1307a" (página e coluna da edição de Bekker) ao alto das páginas da tradução.

2. Veja-se a nota 4 à introdução. A palavra pólis terá na tradução uma gama muito variada de acepções, a exemplo do original, onde ela significa República, Estado, sociedade política, mas sem perder de vista a particularidade de que nela se considera especialmente uma cidade ou capital que de certo modo engloba o Estado completo, quer seja ela grande ou pequena em termos de território circundante ou dependente dela.

3. Sócrates/Platão, no diálogo *O Estadista*, 258E – 259D.

O que dizemos se tornará claro a quem examinar o assunto de acordo com o nosso método habitual⁴. Da mesma forma que em outras matérias é necessário decompor o conjunto até chegar a seus elementos mais simples (estes são as menores partes de um todo), com a cidade também, examinando os elementos dos quais ela se compõe discerniremos melhor, em relação a estas diferentes espécies de mando, qual é a distinção entre elas, e saberemos se é possível chegar a uma conclusão em bases científicas a propósito de cada afirmação feita pouco antes. Se estudarmos as coisas em seu estágio inicial de desenvolvimento, quer se trate deste assunto ou de outros, teremos uma visão mais clara delas.

1252 b As primeiras uniões entre pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aquelas entre seres incapazes de existir um sem o outro, ou seja a união da mulher e do homem para a perpetuação da espécie (isto não é o resultado de uma escolha, mas nas criaturas humanas, tal como nos outros animais e nas plantas, há um impulso natural no sentido de querer deixar depois de um indivíduo um outro ser da mesma espécie), e a união de um comandante e de um comandado naturais para a sua preservação recíproca (quem pode usar o seu espírito para prever é naturalmente um comandante e naturalmente um senhor, e quem pode usar o seu corpo para prover é comandado e naturalmente escravo); o senhor e o escravo têm, portanto, os mesmos interesses.

Assim a mulher e o escravo são diferentes por natureza (a natureza nada faz mesquinamente, como os cuteleiros de Delfos quando produzem suas facas⁵ mas cria cada coisa com um único propósito; desta forma cada instrumento é feito com perfeição, se ele serve não para muitos usos, mas apenas para um). Entre os bárbaros, porém, a mulher e o escravo ocupam a mesma posição; a causa disto é que eles não têm uma classe de chefes naturais, e em suas nações a união conjugal é entre escrava e escravo. Por esta razão os poetas dizem⁶: “*Helenos são senhores naturais de bárbaros*”, como se por natureza bárbaro e escravo fossem a mesma coisa.

4. Ou seja, o método analítico.

5. Trata-se provavelmente de uma faca (ou algo equivalente aos canivetes suíços atuais), servindo para muitos usos.

6. Eurípides, *Ifigênia em Áulis*, verso 1400.

Destas duas uniões, então, compõe-se inicialmente a família, e Hesíodo estava certo quando disse⁷: “*Primeiro a casa, uma mulher e um boi no arado*”, pois o boi é o escravo do pobre. A comunidade formada naturalmente para as necessidades diárias é a casa, ou seja, são as pessoas chamadas por Carondas⁸ de “*companheiras do tabuleiro de pão*”, e pelo cretense Epimênides⁹ “*companheiros de lareira*”.

A primeira comunidade de várias famílias para satisfação de algo mais que as simples necessidades diárias constitui um povoado. A mais natural das formas de povoado parece consistir numa colônia oriunda de uma família, composta daqueles que alguns chamam de “*alimentados com o mesmo leite*”, ou filhos e filhos dos filhos. Em decorrência desta circunstância nossas cidades foram inicialmente governadas por reis, e raças estrangeiras ainda o são, pelo fato de se distribuírem em povoados organizados à maneira monárquica; como cada família é dirigida por seu membro mais velho, as colônias oriundas da família também o eram, em virtude do parentesco de seus membros. É isto que Homero diz¹⁰:

“... cada um dita a lei
aos filhos e às esposas...”

1253 a pois eles vivem dispersos (assim se vivia antigamente). Por esta mesma razão todos os homens dizem que os deuses tinham um rei, pois uns ainda são e outros já foram governados por reis (como os homens imaginam os deuses sob forma humana, supõem também que sua maneira de viver é semelhante à deles).

A comunidade constituída a partir de vários povoados é a cidade definitiva, após atingir o ponto de uma autossuficiência praticamente completa; assim, ao mesmo tempo que já tem condições para assegurar a vida de seus membros, ela passa a existir também para lhes proporcionar uma vida melhor. Toda cidade, portanto, existe naturalmente, da mesma forma que as primeiras comunidades; aquela é o estágio final destas, pois

7. *Os Trabalhos e os Dias*, verso 405.

8. Nascido em Catana (atual Catania), na Sicília, adepto da escola pitagórica, estava em seu apogeu por volta do ano 500 a.C.

9. Poeta e profeta convidado pelos atenienses em 596 a.C. para livrar Atenas da peste que a assolava.

10. Odisseia, canto XI, versos 114-115; a passagem se refere aos Cíclopes, povo fabuloso.